CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 219.2.52.O

Data: 19/10/2004

Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171

REDAÇÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para oferecer parecer, em

substituição à Comissão Mista, à medida provisória e às emendas a ela

apresentadas, concedo a palavra ao nobre Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT-RO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero comentar um pouco a Medida Provisória

nº 192.

Sabemos da importância da reforma agrária do ponto de vista social, no que

se refere a emprego, segurança alimentar e agronegócio. E foi baseado nesses

aspectos que o Presidente Lula editou essa medida provisória, que estabelece

mecanismos para que a reforma agrária seja alavancada. Também sabemos das

dificuldades hoje existentes quanto à desapropriação e até mesmo à lei que trata da

aquisição. Então, repito, a medida provisória tem por objetivo estabelecer meios de

se alavancar a reforma agrária.

É claro que se fôssemos discutir aspectos políticos e ideológicos relacionados

à reforma agrária teríamos um debate muito mais aprofundado. Mas a medida

provisória não trata disso.

Na qualidade de Relator, fiz questão de buscar mecanismos que pudessem

ampliar caminhos para a reforma agrária, rejeitando as emendas propostas pelo

PFL, PSDB, PP e PT. Conhecemos as metas estabelecidas pelo Governo Federal,

que precisam ser executadas. E se não encontrarmos os mecanismos, teremos

dificuldades em cumprir essas metas.

Diante dessa situação, tentei negociar com a base aliada e com a Oposição,

mas não chegamos a nenhum acordo. Então, apresentei projeto de conversão, que

vou rapidamente expor para que possamos votar.

294

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 219.2.52.O

Data: 19/10/2004

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD

Montagem: 4171

Projeto de lei de conversão.

Dá nova redação ao § 4º do art. 5º da Lei nº 8.629, de fevereiro de 1993, que

dispõe sobre a forma de pagamento das indenizações decorrentes de acordos

judiciais, acrescenta os §§ 7º, 8º, 9º e 10º ao mesmo artigo, dispondo sobre forma

de pagamento dos imóveis rurais pela modalidade de aquisição por compra e venda.

O Congresso Nacional decreta.

O § 4º do art. 5º da Lei nº 8.629, de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as

seguinte redação:

§ 4º. No caso de acordo judicial, em audiência de conciliação, com o objetivo

de fixar a prévia e justa indenização a ser celebrada com a União, bem como com

entes federados, o pagamento será efetuado de forma escalonada em Títulos da

Dívida Agrária — TDAs, resgatáveis em parcelas anuais iguais, sucessivamente, a

partir do segundo ano, observada as seguintes condições:

O Art. 5º da Lei nº 8 629, de fevereiro de 1993, fica acrescido dos seguintes

parágrafos:

§ 7º. No caso de aquisição por compra e venda de imóveis rurais,

insuscetíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária,

destinados à implantação de projetos integrantes de Programa Nacional de Reforma

Agrária, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o pagamento será

efetuado em TDAs, resgatáveis em parcelas anuais iguais sucessivamente a partir

do segundo ano de sua emissão, observadas as seguintes condições:

I - imóveis com área até 3 mil hectares, no prazo de até 5 anos;

II - imóveis com área superior a 3 mil hectares:

o valor relativo aos primeiros 3 mil hectares, no prazo de até 5 anos;

295

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ Número Sessão: 219.2.52.0

Data: 19/10/2004

REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171

o valor relativo à área superior a 3 mil hectares e até 10 mil hectares, no

prazo é de até 10 anos;

- o valor relativo à área superior a 10 mil hectares e até 15 mil hectares, no

prazo é de até 15 anos; e

o valor da área que exceder a 15 mil hectares, no prazo é de até 20 anos.

§ 8º. No caso de aquisição por compra e venda de imóveis rurais para fins de

reforma agrária, destinados à implantação de projetos do Programa Nacional de

Reforma Agrária, o pagamento das benfeitorias será efetuado em moeda corrente,

podendo o pagamento ser efetuado em TDAs mediante anuência expressa do

proprietário.

§ 9°. Observados os prazos previstos no § 7° deste artigo, o escalonamento e

as condições de pagamento serão normatizados mediante portaria conjunta dos

Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda.

§ 10 - A Secretaria do Tesouro Nacional expedirá os atos necessários para

regulamentação da emissão e remuneração do resgate e liquidação dos títulos

referidos no § 7°.

Art. 3º. Os acordos judiciais e aquisições por compra e venda, cujas

negociações hajam iniciado antes do dia 18 de junho de 2004, continuarão regidos

pelas disposições vigentes à época.

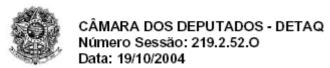
Parágrafo único. Na impossibilidade de aplicação do disposto no caput deste

artigo, dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados que não forem incompatíveis

com as disposições desta lei.

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, setembro de 2004.



REDAÇÃO FINAL Tipo: Ordinária - CD Montagem: 4171

Sr. Presidente, este é o substitutivo que inseri no projeto de conversão à medida provisória. Foi o que apresentei como projeto substitutivo da Medida Provisória nº 192.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA